



Senado vota nesta semana teto de gastos e socorro a estados

Também decidirá sobre fim da reeleição no Executivo e terá debate sobre abuso de autoridade, para o qual Moro e Gilmar Mendes foram convidados



Moreira/Muritz/Agência Senado — 8/9/2016

Senadores se reúnem em Plenário a partir de amanhã para analisar propostas de interesse para as finanças públicas da União, de estados e municípios

O destaque da pauta da semana é a PEC que congela despesas públicas por 20 anos. Amanhã os senadores votam a proposta em primeiro turno. A decisão final será em 13 de dezembro. Também amanhã devem ser analisados dois projetos de ajuda às finanças de estados. Um deles abre prazo de carência para pagamento de dívidas com a União. Na quarta, a PEC que proíbe a reeleição no Executivo abre a pauta. E, na quinta, os senadores debatem a proposta que atualiza a lei de abuso de autoridade. Estão convidados o juiz Sérgio Moro e o ministro do STF Gilmar Mendes. **3**

Pauta do Congresso tem vetos e destaques da LDO

O Congresso se reúne na quarta-feira para votar nove vetos da Presidência da República a projetos aprovados pelos parlamentares. Depois da análise dos vetos, os deputados e senadores poderão examinar destaques à proposta de Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2017 e votar outros projetos, como o que libera R\$ 300 milhões para o Programa Farmácia Popular e o que aumenta o prazo para recebimento de emendas em medidas provisórias. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado — 1/6/2016

Na sessão conjunta marcada para quarta-feira, parlamentares devem concluir votação dos destaques à LDO de 2017

Em nota, Renan reforça agenda contra recessão **4**

Comissão discute exploração do gás de xisto **3**

Especialistas avaliam imposto progressivo

A progressividade tributária, que torna as alíquotas mais altas à medida que sobe a base de cálculo, será debatida hoje na Comissão de Assuntos Econômicos como uma alternativa à PEC que limita o gasto público. **3**

Colegiado vai debater o FGTS, que faz 50 anos

Instituído em 1966, durante o governo Castelo Branco, o FGTS será debatido hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos, que vai analisar inclusive proposta para bancos comerciais gerenciarem os recursos. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 23/11/2016

Senador Pedro Chaves (2º à esq.) apresenta amanhã relatório sobre a MP 746

Ministro da Educação será ouvido hoje sobre reforma do ensino

A fase de discussão da reforma do ensino médio será encerrada hoje com duas audiências sobre a MP 746/2016. Pela manhã, serão ouvidos os

ex-ministros da Educação Fernando Haddad, Renato Janine Ribeiro e Aloizio Mercadante. À tarde, será o atual ministro, Mendonça Filho. **4**

Estudantes vivem experiência de atuar como jovens senadores

Chegam hoje a Brasília os 27 alunos de ensino médio selecionados pelo Projeto Jovem Senador neste ano. Durante a semana, eles vão

conhecer o funcionamento do Senado, acompanhar comissões e propor sugestões legislativas, que podem virar projetos de lei. **2**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 20/11/2015

Participantes do Jovem Senador de 2015 debatem proposições no Plenário

Teto de gastos é o destaque da pauta amanhã

Além da proposta que limita a despesa pública, o Plenário pode votar projetos de interesse dos estados, como o que concede prazo de carência para pagar dívidas com a União

O SENADO DEVERÁ ter votações de propostas polêmicas na última semana de novembro. Teto dos gastos públicos, dívidas dos estados e fim da reeleição no Executivo são alguns dos temas a serem deliberados pelos senadores.

O Plenário também vai fazer sessão temática, na quinta-feira, sobre as mudanças na Lei de Abuso de Autoridade, contidas no PLS 280/2016. Foram convidados o juiz Sérgio Moro e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Contas públicas

O primeiro item da pauta da sessão de amanhã é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que define limite para os gastos públicos para os próximos 20 anos. O texto deverá ser votado em primeiro turno. A votação em



Na quinta-feira, haverá sessão temática no Plenário para discutir o projeto que muda a Lei de Abuso de Autoridade

segundo turno está marcada para 13 de dezembro.

Considerada essencial pelo governo para a reequilíbrio das contas públicas, a proposta é alvo de críticas da oposição, que alega prejuízos para a saúde e a educação.

Também estão na pauta de amanhã proposições de

interesse direto dos estados. A primeira é o PLC 54/2016, que estabelece um limite para o crescimento das despesas dos estados, em troca de carência para início do pagamento das dívidas com a União.

O segunda é o PLS 204/2016, de José Serra (PSDB-SP), que permite que União, estados

e municípios vendam créditos públicos, tributários ou não, para entes privados. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que as duas propostas terão prioridade por serem “muito importantes para a pauta federativa”.

Na quarta-feira, o primeiro item da ordem do dia é a PEC

113-A/2016, que deverá ser votada em primeiro turno. Considerada mais uma etapa da reforma política, a proposta proíbe a reeleição para os cargos no Executivo e reduz a idade mínima para o exercício de mandatos eletivos e o número de assinaturas para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

O segundo item é a PEC 62/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que veda a vinculação automática entre salários de agentes públicos. Na prática, significa o “fim do efeito cascata” no reajuste salarial.

Também pode ser votada a PEC 111/2015, que veda edição de medida provisória que cause desequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados pela administração pública com particulares. De Renan Calheiros (PMDB-AL), a PEC integra a Agenda Brasil.

Congresso analisa vetos de Temer na quarta

O Congresso Nacional tem sessão marcada para quarta-feira, às 10h30. Na pauta, constam 9 vetos, 32 projetos de lei e 2 projetos de resolução. A pauta começa com os vetos. O primeiro é o veto parcial (VET 38/2016) à Medida Provisória (MP) 733/2016, transformada na Lei 13.340/2016, que dá descontos e facilita a renegociação de dívidas de produtores rurais do Norte e do Nordeste prejudicados pela seca.

Michel Temer optou por vetar três dispositivos do texto, alegando equívoco técnico. Um dos vetos foi ao artigo que autorizava o governo a repactuar as dívidas de cooperativas agropecuárias com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar adquiridas até 31 de dezembro de 2010.

Outro veto (VET 40/2016) é o que atingiu o PLC 210/2015, transformado na Lei 13.342/2016, que permitiu a agentes comunitários de saúde e de combate a endemias averbarem tempo de serviço anterior à regulamentação da profissão. Temer vetou dispositivos que previam adicional de insalubridade aos agentes, prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida e financiamento de cursos técnicos por

meio do Fundo Nacional de Saúde.

Também está na pauta o veto (VET 41/2016), aposto à MP 728/2016, transformada na Lei 13.345/2016, que recriou o Ministério da Cultura e criou as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Pessoa Idosa. Foi vetado o dispositivo que definia a estrutura do Ministério da Educação, por estar em conflito com a Lei 13.341/2016, que fez a reforma administrativa anunciada no início do governo interino de Temer.

Orçamento

O Congresso terá que apreciar os destaques do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 2/2016). Também constam projetos de lei, entre eles o que libera R\$ 300 milhões para o Programa Farmácia Popular (PLN 30/2016) e o que libera R\$ 95 bilhões para o Banco Central (PLN 40/2016).

Há dois projetos de resolução na pauta. O primeiro (PRN 3/2013) aumenta o prazo para receber emendas para MPs. O outro (PRN 1/2016) altera o Regimento Comum do Congresso para aumentar de cinco para dez os vice-líderes do governo no Congresso.

Senadores e especialistas avaliam alternativa à proposta que limita as despesas públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz hoje, às 19h, audiência pública para discutir alternativa à PEC 55/2016, que fixa teto para os gastos públicos por 20 anos. O tema em debate é a progressividade tributária, que é a possibilidade de tornar as alíquotas dos impostos mais elevadas à medida que sobe a base de cálculo.

A audiência foi requerida pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ)

e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Entre os convidados, estão representantes do Ministério Público de Contas de São Paulo, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Justiça Fiscal.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão de Direitos Humanos faz audiência para discutir FGTS, que completou 50 anos

Os 50 anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), completados em setembro, são tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h. A discussão foi sugerida pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS). A finalidade é debater situações que, no entendimento dele, ameaçam a sustentabilidade do fundo, como a proposta do governo para que os bancos comerciais passem a gerenciar os recursos.

O FGTS foi instituído em 1966, durante o governo Castello Branco. Hoje os recursos em reserva são administrados exclusivamente pela Caixa Econômica Federal e financiam investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. O trabalhador pode usar os valores creditados para dar entrada, complementar a compra ou pagar financiamentos da casa própria.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Vetos na pauta do Congresso

38/2016	Veto parcial à Lei 13.340/2016 (MP 733/2016), que “autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências”
39/2016	Veto parcial à Lei 13.341/2016 (MP 726/2016)
40/2016	Veto parcial à Lei 13.342/2016 (PLC 210/2015), que previa novos benefícios para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias
41/2016	Veto parcial à Lei 13.345/2016 (MP 728/2016), que recriou o Ministério da Cultura
42/2016	Veto parcial à Lei 13.346/2016 (MP 731/2016), que extinguiu mais de 10 mil cargos em comissão no governo federal
43/2016	Veto parcial à Lei 13.347/2016 (MP 732/2016), que reajustou taxa de ocupação de imóveis da União
44/2016	Veto parcial à Lei 13.348/2016 (MP 729/2016), que liberou apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil
45/2016	Veto parcial à Lei 13.351/2016 (MPV 734/2016), que destinou recursos para Olimpíadas
46/2016	Veto parcial à Lei 155/2016 — Complementar (PLC 125/2015), sobre o acesso ao Supersimples

Exploração sustentável do gás natural não convencional será debatida hoje

O desenvolvimento sustentável do gás natural não convencional, tendo como referência os Estados Unidos, será tema de audiência na Comissão Senado do Futuro hoje, às 15h.

São considerados não convencionais gases naturais não associados a áreas geológicas de ocorrência de petróleo, fontes também conhecidas como gás de xisto. Há polêmica em torno da exploração, sendo apontadas consequências como a contaminação

das águas por conta dos produtos utilizados nos processos de extração.

No que diz respeito ao Brasil, as vantagens de exploração das reservas disponíveis seriam a conquista da autossuficiência energética e o barateamento da energia. Atualmente, o país importa cerca de 50% do gás comercializado no mercado nacional.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Marcos Oliveira/Agência Senado - 23/11/2016

Pedro Chaves, ao lado do deputado Izalci Lucas, presidente da comissão: relator promete incluir sugestões das audiências

Debate sobre reforma ouve hoje ministro da Educação

Duas audiências fecham o ciclo sobre a MP do ensino médio. O senador Pedro Chaves deve apresentar o relatório amanhã

A COMISSÃO MISTA que analisa a reforma do ensino médio, prevista na Medida Provisória (MP) 746/2016, fará duas audiências públicas hoje. Serão ouvidos o ministro da Educação, Mendonça Filho, e três ex-titulares da pasta. Os debates poderão ser acompanhados pela internet, por meio do Portal e-Cidadania.

A MP enviada pelo Executivo amplia de 800 para 1.400 horas a carga horária mínima anual do ensino médio, torna optativas algumas disciplinas e implementa a política de tempo integral nas escolas.

Também torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

Audiências

A primeira audiência, a partir das 10h, vai ouvir os ex-ministros da Educação: Fernando Haddad, Renato Janine Ribeiro e Aloizio Mercadante. À tarde, será a vez do ministro Mendonça Filho.

Amanhã, a comissão volta a se reunir, às 10h, para apresentação do relatório do senador Pedro Chaves (PSC-MS). O texto ainda não foi liberado,



Pedro França/Agência Senado - 6/7/2016

Além do ministro Mendonça Filho, serão ouvidos três ex-titulares do MEC

mas ele já informou que deve inserir mudanças em relação à proposta original a partir das manifestações de entidades e de parlamentares, feitas durante as audiências.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Nota da Presidência

Em nota divulgada à imprensa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propõe que o país adote uma agenda para superar a crise econômica, independentemente de questões políticas

Em face das crises recorrentes, o presidente do Senado Federal reitera a imperiosidade de uma agenda a fim de superar o agravamento da situação econômica que penaliza toda a sociedade brasileira. A mesma manifestação já foi externada pelo presidente Renan Calheiros no Senado Federal, em reuniões com o presidente da República, inclusive no recente encontro ocorrido com os governadores estaduais.

Segundo o presidente, o ajuste que está sendo implementado é uma obrigação para fazer frente ao momento econômico, mas precisa ser complementado com medidas de retomada da atividade econômica, geração de empregos, recuperação dos investimentos e, o principal, a redução dos juros. Não são somente o limite de gastos e a reforma da Previdência.

As alegações do ex-ministro da Cultura não afetam o presidente Michel Temer, que reúne todas as condições para levar adiante o processo de transição. As mexidas ministeriais tampouco afetam o calendário de votações do Senado, que inclui a PEC do limite de gastos e o projeto de abuso de autoridades.

O Senado Federal tem uma agenda posta até o final do ano com várias propostas no intuito de recuperar a credibilidade do país e atrair novos investimentos. Já foi aprovada a nova rodada de repatriação de ativos e na lista de votações estão a proibição de se alterar contratos por medidas provisórias, a modernização do Código Tributário, a Lei de Licitações e a terceirização da mão de obra, além da regulamentação dos jogos.

Estão na pauta também o novo marco das Telecomunicações, a desvinculação dos vencimentos dos tribunais superiores, o combate à burocracia, o fim da reeleição, os supersalários, a securitização e o alongamento das dívidas estaduais. Com o mesmo intuito, propor e prospectar projetos para retomar o crescimento, o Senado tem a Comissão de Desenvolvimento Nacional.

Se necessário, o recesso parlamentar de fim de ano será cancelado para viabilizar essa agenda de desenvolvimento no país que integre os três Poderes da República. A Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Rodrigo Maia, consciente da gravidade do momento, tem diante de si essa mesma oportunidade e pode adotar votações expressas.

O presidente Renan Calheiros entende que o momento é de ultrapassar falsas polêmicas e assegurar a união em torno de uma agenda, sob o risco de esgarçamento da crise econômica com imprevisíveis desdobramentos sociais. O Senado Federal tem feito sua parte e permanece à disposição para colaborar, como foi feito em passado recente.

A exemplo das crises anteriores, como o impedimento da Presidente da República, o Senado continuará se pautando pelo equilíbrio, responsabilidade e atento à soberania e independência entre os Poderes. O presidente lembra que acima de todos, das questões políticas, está o futuro da nação.

Assessoria de Imprensa
Presidência do Senado Federal



Pedro França/Agência Senado

José Pimentel protesta contra cortes no Banco do Brasil

José Pimentel (PT-CE) protestou contra o anúncio de redução de 18 mil postos de trabalho no Banco do Brasil e do fechamento de mais de 400 agências.

Ao criticar a administração do banco durante o governo FHC, ele sublinhou que, nos governos do PT, o banco deu lucro todos os anos sem demitir trabalhadores.

O senador espera que o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, compareça ao Senado para esclarecer as medidas.

— Com menos funcionários, menos agências, os primeiros prejudicados são os pequenos empreendedores.



Roque de Sá/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

Gleisi propõe renúncia e convocação de eleições diretas

Gleisi Hoffmann (PT-PR) propôs ao presidente Michel Temer que renuncie do cargo e convoque eleições diretas.

A senadora classificou como muito grave a denúncia do ex-ministro Marcelo Calero de que teria sido pressionado por Temer para liberar empreendimento imobiliário em Salvador, de interesse do ex-ministro Geddel Vieira Lima.

— Ele estava fazendo tráfico de influência a favor de interesse privado. Disse o porta-voz que era mediação entre ministérios, o que se dá na discussão de políticas públicas, mas não pode se dar em relação a interesses particulares.



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

PT ajudou a diminuir mortes infantis, avalia senador

Em pronunciamento na quinta-feira, Lindbergh Farias (PT-RJ), comemorou a redução da mortalidade infantil no Brasil, ao analisar dados divulgados pelo IBGE que apontam que, em 2015, a morte de crianças de até 1 ano representou 2,5% dos óbitos no país, o melhor índice desde 1974, quando o instituto passou a analisar esses números.

O senador comparou os dados relativos às mortes de crianças de até cinco anos. Em 2005, o índice foi 4,8%, e, em 2015, foi de 3%.

Lindbergh atribuiu essa melhora a programas como o Mais Médicos, o Brasil Carinhoso e o Bolsa Família.

— Podem atacar o PT, mas uma coisa eles não podem tirar dos resultados dos nossos governos. Foi uma profunda inclusão social que houve nesse país.

Anastasia: prefeitos do PSDB buscam saídas para crise

Antonio Anastasia (PSDB-MG) destacou encontro de prefeitos eleitos pelo PSDB, sexta-feira, no Congresso. Eles debateram medidas para enfrentar a crise econômica nas gestões que começam em janeiro.

O objetivo, disse, é debater com prefeitos, técnicos e especialistas de gestão pública, finanças, educação e saúde meios para aprimorar a administração pública municipal.

O senador lembrou que os municípios sofrem com a falta de recursos, em especial os menores, com menos de 10 mil habitantes, totalmente dependentes de repasses da União.

Requião afirma que jamais será obstáculo a investigações

Roberto Requião (PMDB-PR) relatou que, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, explicou seu papel na relatoria do projeto sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016). Na entrevista, disse, deixou claro que não dificultaria investigações “que moralizam este país”.

— Pedi a colaboração inclusive do Sérgio Moro para tratar sobre o abuso de autoridade e debate diariamente com o Ministério Público e a OAB.

Ele disse temer que as consequências dessas investigações sirvam como um “biombo” para a implantação de um projeto ultraliberal sem diálogo com a sociedade.